

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

FERNANDA WISNIEWSKI

USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E A INTERVENÇÃO
GOVERNAMENTAL

SAPIRANGA

2012

Fernanda Wisniewski

USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E A INTERVENÇÃO
GOVERNAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pós-Graduação
em Gestão Pública da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS,
como requisito parcial para a obtenção do
título de especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Rafael Kruter Flores

Sapiranga

2012

AGRADECIMENTOS

À minha família pela compreensão nos momentos de ausência, sempre dedicados aos estudos.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por proporcionar acesso a este curso.

E a todos aqueles que de alguma maneira fizeram parte deste trabalho e contribuíram para a sua realização.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira as intervenções governamentais promoveram alterações e de forma impactou no curso do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Os resultados obtidos nos serviram para elaborar uma reflexão mais profunda a respeito do tema e ampliar a discussão sobre a temática e sobre os progressos e retrocessos do mesmo.

Palavras-chaves: Usina hidrelétrica. Belo Monte. Governo federal.

SUMÁRIO

1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	5
1.1 INTRODUÇÃO	5
1.2 BELO MONTE: UM POUCO DE HISTÓRIA	6
1.3 OBJETIVOS	8
1.3.1 Objetivo geral	8
1.3.2 Objetivos específicos.....	8
1.4 JUSTIFICATIVA	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
3.1 FONTES OFICIAIS	16
3.2 FONTES ALTERNATIVAS	21
3.3 RESULTADOS	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Para começarmos a tratar a respeito de qualquer aspecto relativo à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da qual muito tem se ouvido falar nos últimos tempos, é necessário conhecer minimamente sua trajetória, até chegarmos aos dias atuais. Além disso, é importante também estar a par das discussões mais recentes que tem se estabelecido em torno de sua construção. A seguir, alguns aspectos iniciais a respeito da idealização e construção de Belo Monte, seus impactos e as ações do governo com relação a seu surgimento.

O presente trabalho tentara apresentar uma visão mais geral das atividades políticas do governo brasileiro, com relação à construção de Belo Monte. E em contrapartida é preciso observar as manifestações oriundas de outros setores sociais e como estes interpretam as atividades em torno desta obra. A partir disso poderemos estabelecer a importância desta obra para a sociedade brasileira como um todo.

1.1 BELO MONTE: UM POUCO DE HISTÓRIA

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no curso do Rio Xingu, mais especificamente no estado do Pará, nas proximidades da cidade de Altamira. Os estudos acerca da utilização do potencial hídrico da bacia do Rio Xingu vêm sendo feitos desde a década de 1970. Belo Monte é na verdade a primeira de muitas usinas hidrelétricas que o governo brasileiro pretende construir na bacia¹ amazônica.

Os impactos ambientais causados pela implantação de grandes projetos hidrelétricos, ao longo dos anos 70 e 80, período em que foram projetados ou implantadas algumas das principais usinas hidrelétricas do país, trouxeram o setor elétrico para o centro dos debates sobre a questão ambiental, apesar do reconhecimento da grande contribuição destes empreendimentos para o desenvolvimento do país. (EPP, 2006, p.13)

O governo brasileiro vem estudando a viabilidade dessas grandes construções há muitos anos, porém também há muitos anos vem enfrentando

¹ A Bacia Hidrográfica da Amazônia é composta por diversos rios, sendo que se destacam o Rio Negro, Tapajós, Madeira, Xingu, entre outros, e principalmente o Rio Amazonas.

resistência de alguns setores da sociedade que postula posicionamentos contrários ao do governo.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A questão de Belo Monte começou a ser combatida em 1989, na primeira conferência dos Povos Indígenas do Xingu², quando ainda Belo Monte estava sendo pensada dentro de um conjunto de usinas, Belo Monte inicialmente foi denominada Kararaô. Este momento ficou marcado na memória de muitos brasileiros, pois durante o encontro uma indígena Kaiapó chamada Tuíra, ameaçou o então presidente³ da Eletronorte, empresa que realizava os estudos sobre a construção das novas usinas.

As iniciativas das populações indígenas e de ambientalistas contra a construção das novas Usinas na região despertaram o interesse da opinião pública do país, que aparentemente até então ignorava as iniciativas do governo. Além disso, os índios do Xingu receberam o apoio da comunidade internacional, inclusive de nomes como o cantor Sting, que esteve presente na Conferência. Nasceu ali o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, o qual existe e luta até hoje contra a construção de barragens na região amazônica.

Devido à mobilização de setores até então indiferentes a essa questão, o governo precisou alterar seu planejamento com relação às Usinas. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi necessário repensar algumas questões e adequá-las para tentar agradar aos descontentes e agregar melhorias ao projeto inicial. Em Leite Junior (2009), encontramos que:

Outra situação evidenciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi a quebra do monopólio no setor de energia, fundamental para a expansão dos investimentos em prospecção de petróleo, o que acabou permitindo ao Brasil alcançar, na década seguinte, a autossuficiência em produção petrolífera, algo almejado desde os tempos de Getúlio Vargas.

² A 1ª Conferência dos Povos Indígenas do Xingu foi idealizada pelos líderes indígenas como Paulinho Paikan, Marcos Terena, Airton Krenak e o Cacique Raoni.

³ Em 1989, o presidente da Eletronorte era José Antônio Muniz, que mais tarde, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, continuou no cargo e também deu seguimento aos estudos para a implantação da Hidrelétrica.

No entanto, durante os dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, nada foi definitivo com relação à construção da Usina de Belo Monte. Esta foi uma decisão que ficou a cargo do presidente eleito em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva⁴. E ainda assim, a questão da construção ou não de Belo Monte só foi realmente efetivada a partir de 2011. Quando finalmente o consorcio vencedor do leilão deu início as obras da grande barragem.

Mas com o início das obras se iniciou também uma mobilização em diferentes esferas sociais. Primeiramente por parte do governo em enfrentar as duras críticas vindas de dentro e de fora do país, com relação à degradação da Amazônia e a falta de consideração com as populações que vivem naquele espaço e que serão diretamente afetadas.

Atualmente as obras estão em andamento, enquanto as mobilizações contra e a favor de Belo Monte se proliferam na rede mundial de computadores. As redes sociais são um mecanismo muito eficiente de divulgação e tem atraído os olhares mais improváveis para a causa.

Neste sentido podemos perceber que o governo tenta demonstrar através de estudos a necessidade da execução dessas obras. Os estudos mais recentes a cerca da produção de energia no país demonstram que, o Brasil caminha para um apagão num futuro não muito distante (IPEA, 2009). E, além disso, todas as obras que estão sendo pensadas para a região dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), têm como objetivo o desenvolvimento econômico da região. Ao longo desta pesquisa observaremos dados que poderão aprimorar nossos conhecimentos acerca do tema proposto.

Por ser considerado um tema muito polêmico e muito atual, todos os aspectos com relação à Usina de Belo Monte suscitam debates tanto nos meios políticos quanto sociais. A sociedade brasileira está interessada na repercussão desta obra e na sua conclusão. Pensando no interesse que a mesma desperta nos mais

⁴ Durante os dois governos do presidente Lula, muitas discussões se estabeleceram em torno da construção de Belo Monte, porém o pouco avanço foi alvo de críticas por parte da ala governista que esperava mais agilidade nos processos, enquanto que a ala que defende as causas socioambientais relacionadas a ela estava cada vez mais ativa para impedir o progresso da obra.

diferentes atores sociais, é necessário contrapor as ações governamentais, pois estas serão resultados de pressões externas, originadas a partir das ações da sociedade em geral, que vem manifestando seu apoio ou seu repúdio a Belo Monte. Outro ponto a ser analisado seria como isso pode afetar os projetos do governo a serem implementados na região amazônica e como isso é percebido e assimilado pela sociedade.

Distintas visões oriundas de diferentes setores sociais estão disponíveis ao acesso de qualquer indivíduo. Isto demonstra que Belo Monte não é apenas um simples projeto que visa o desenvolvimento da produção de energia elétrica no Brasil e o desenvolvimento econômico da região Amazônica. Em realidade ele está na mídia e na casa dos brasileiros das mais diversas formas, e também nas pautas e decisões governamentais.

E são essas “pautas” e decisões que despertam meu interesse. É muito importante perceber os caminhos traçados no projeto até a obra chegar ao seu atual estágio. Portanto, o problema de pesquisa desta monografia pode ser resumido na seguinte questão: De que maneira as intervenções do governo brasileiro influenciaram no planejamento e na execução do projeto da Usina de Belo Monte?

1.3 OBJETIVOS

A partir das conceituações expostas, são apresentados aqui, o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar de que maneira as interferências do Governo Federal alteraram o projeto e a execução das obras de construção de Belo Monte.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais as interferências e mudanças implementadas pelo governo Federal para favorecer a construção de Belo Monte.

- Compreender quais as pressões dos atores sociais que favoreceram as alterações propostas pelo Governo.
- Verificar como a sociedade em geral percebe a atuação do governo na elaboração e aplicação de políticas públicas, utilizando como exemplo ilustrativo a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

1.4 JUSTIFICATIVA

Poucos anos se passaram desde que alguns estudos começaram a surgir relacionados à administração pública no Brasil. Em nosso cotidiano muitas atividades estão diretamente relacionadas ao bom andamento do serviço público.

Pensar como algumas decisões da esfera pública são capazes de interferir em nosso dia-a-dia não pode ser encarado como uma atividade incomum. No caso de Belo Monte, a primeira impressão é que em nada este assunto poderá se relacionar com a sociedade em geral. No entanto estamos sendo ingênuos quando pensamos isso. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte afetará nossa sociedade como um todo. Afinal ela faz parte de uma demanda social, está associada às políticas públicas brasileiras e tem que ser entendida por todos como tal.

Por isso o tema escolhido é oportuno, uma vez que coloca em pauta a discussão sobre a construção de uma obra tão grandiosa e tão significativa econômica e politicamente para o país, principalmente observando as questões referentes à participação governamental no processo, que são de extrema relevância para o estudo de gestão pública no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos assistimos ao surgimento de um novo pensamento e um novo posicionamento a respeito da Gestão Pública do Brasil. Em alguns aspectos esta se tornou mais acessível e mais qualificada, visando atender a uma sociedade cada dia mais exigente. Claramente ainda estamos distantes do ideal de participação, mas já se pode dizer que a população brasileira saiu da inércia, na qual viveu durante muitos anos e passou a perceber as questões políticas de maneira mais crítica.

Aos poucos muitos elementos foram incorporados e muitos antigos hábitos equivocados foram sendo paulatinamente abandonados, abrindo espaço para um modelo de gestão mais transparente, abrangente e correto. Dentro desta nova forma de encarar a gestão pública novos conceitos também surgiram e acompanharam a administração pública em seu desenvolvimento rumo a um futuro mais promissor.

Embora alguns desafios ainda não tenham sido superados, muito já se progrediu em direção a uma administração pública mais eficiente e principalmente mais abrangente, onde podemos perceber a participação mais efetiva da população⁵. Diante disso os gestores tem se preparado para assumir sua responsabilidade perante a sociedade, promovendo uma administração mais consciente e de maneira mais responsável, ao menos em boa parte dos casos.

Para compreendermos um pouco mais a respeito do que é a Gestão Pública no Brasil hoje, precisamos voltar no tempo e observar a evolução da política brasileira desde seu inicio, ou melhor, dizendo desde o momento em que o Estado brasileiro assumiu as características do estado moderno. As bases do Estado e da política do Brasil se consolidaram de maneira mais objetiva a se estruturar a partir

⁵ Como exemplo, podemos citar os portais da transparência, utilizados para aproximar a população das decisões que são tomadas pela a administração pública nas suas mais diversas esferas de poder.

da Era Vargas⁶, onde as diretrizes para um estado burocratizado surgiram de maneira definitiva. Segundo Leite Júnior (2009, p. 24):

Getulio Vargas organizou o aparelho do Estado seguindo o modelo burocrático weberiano. Neste modelo de departamentização proposto por Max Weber, a estrutura administrativa era ocupada por funcionários recrutados via concurso público e promovidos meritocraticamente. Esta foi uma das marcas da profissionalização da administração pública sendo adotada pela maioria dos países desenvolvidos.

Neste momento da história do Brasil, é que irão surgir os elementos que mais tarde irão fundamentar a economia do Brasil, como é o caso das estatais que surgiram no período de governo de Getúlio Vargas. Muitas das quais sobrevivem até hoje e desempenham um papel extremamente importante na economia do país desde então. Podemos citar a Eletrobrás e a Petrobrás como exemplos mais significativos.

Depois do período Vargas, o país vai passar por um momento marcado pelo “desenvolvimentismo”, onde o presidente Juscelino Kubitschek colocou em prática seu plano de metas, onde pretendia proporcionar desenvolvimento de cinquenta anos em cinco⁷. Depois do governo JK, o Brasil passou por governos turbulentos, principalmente no período da Ditadura Militar, que se iniciou em 1964, estendendo-se até 1985 (FAUSTO, 2008).

O retorno a democracia em 1989, com novas eleições presidenciais, vão marcar um novo momento na política do país. Em 15 de março de 1990, Fernando Collor e Itamar Franco assumem a presidência e a vice-presidência respectivamente, anunciando medidas que tentariam estabilizar a situação econômica do Brasil. Muitos aspectos estavam esquecidos ou parados no tempo. Há muito não se investia em infraestrutura no Brasil e quando se fala em “infraestrutura” se trata de questões como estradas, ferrovias, hidrovias, e para ilustrar o caso aqui estudado,

⁶ A chamada Era Vargas teve início em 1930, e se prolongou até 1945, tendo uma segunda fase a partir de 1951, quando Getulio Vargas foi eleito pelo voto popular, ficando no poder até 1954, quando então se suicidou.

⁷ O Governo JK iniciou em 1956, estendendo-se até 1961. Juscelino promoveu mudanças significativas política e economicamente falando, um período onde o país experimentou a estabilidade econômica e o crescimento efetivo de sua economia. Além do progresso econômico, JK ainda foi responsável pela transferência da capital brasileira, do Rio de Janeiro para Brasília, que foi planejada e construída por ele. Com o objetivo de promover o desenvolvimento do interior do país através da transferência da capital federal para o planalto central.

as questões relacionadas à produção de energia no Brasil, que há muito vem sendo sinalizada com um problema que tem que ser enfrentado pelo governo.

Muitos relatórios a respeito do potencial energético do país estão disponíveis são disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia em sua página oficial na internet. Segundo eles apenas uma pequena porcentagem do potencial hídrico era utilizado até os anos 2000, para produção energética, além da utilização de outras formas de produção como as usinas termoelétricas e as usinas nucleares. Mas a principal fonte era mesmo a hidroelétrica, o que era e ainda é extremamente acessível em nosso país, visto que o potencial hídrico do Brasil sempre foi muito vasto e pouco explorado.

Atualmente, a crescente exigência de oferta deste serviço traz consigo a discussão a respeito de formas distintas de potencializar a oferta de energia elétrica, sem oferecer riscos à natureza, o chamado desenvolvimento sustentável⁸, esta preocupação fica nítida quando observamos as iniciativas do governo a respeito da criação e ampliação de usinas geradoras de energia. Segundo pesquisa elaborada pela EPE – Empresa de Pesquisa Elétrica⁹:

No contexto desse novo processo de planejamento energético nacional, a análise de necessidade de energia elétrica, demandada pelos agentes econômicos e pela sociedade em geral, constitui-se em uma das primeiras etapas da fase do planejamento da expansão dos sistemas. Para atender a demanda futura, segundo os critérios de continuidade, segurança e confiabilidade adotados para a expansão e operação do sistema no Brasil, faz-se necessário elaborar e analisar alternativas de implantação de novas usinas de geração de energia e de sistema de transmissão, para levar a energia produzida até os centros de consumo. Na análise dessas alternativas, são considerados os componentes tecnológicos, econômicos e socioambientais.

⁸ Segundo a Organização Não Governamental WWF Brasil, a definição mais aceitável para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>.

⁹ A Empresa de Pesquisa Elétrica (EPE) foi criada em 15 de março de 2004, através da Lei nº 10847, com a finalidade de “prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras”.

A retomada da democracia e retorno dos investimentos era uma urgência para o país nas mais diversas áreas. Este é também, um momento muito decisivo para a administração pública do Brasil, pois é neste momento inicial do desenvolvimento do Estado brasileiro, que forneceram bases para o modelo de gestão pública que é aplicada atualmente.

Até o início da década de 1980, as políticas públicas no Brasil se caracterizavam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, pela fragmentação setorial e institucional e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação, da implementação dos programas e do controle da ação governamental. Havia mecanismos de articulação entre o Estado e a sociedade, mas a incorporação dos atores ao processo decisório era excludente e seletiva (FARAH, 2001 apud RUA, 2009, p. 47).

Dito isto acerca da história política do país, podemos pensar em conceitos mais atuais com relação à administração pública, visto que o problema de análise deste trabalho tem ligações com diversos momentos do processo administrativo, principalmente no que tange ao desenvolvimento das políticas públicas.

E neste trabalho entende-se como política pública como diretrizes e princípios que possuem a função essencial de nortear ação do poder público. São estipuladas ou estabelecidas regras e procedimentos para o estabelecimento das relações entre poder público e a sociedade a ser atendida. São criados métodos de controle como leis, programas e projetos que irão orientar as ações envolvendo a aplicação dos recursos públicos. A sociedade seus atores demandam suas necessidades que precisam ser supridas de alguma forma, seja através da iniciativa privada ou pública (RUA, 2009). Observamos uma definição interessante em Rua (2009, p. 17): “[...] as sociedades recorrem à política, seja para construir os consensos, seja para controlar o conflito”. Cabe indagar, então, o que é política. Uma definição bastante simples é oferecida por Schmitter (1984, p. 34) que diz que a “política é a resolução pacífica para os conflitos”.

Para compreendermos os elementos que determinam a elaboração e aplicação de projetos no país, devemos pensar nas implicações que se iniciam quando os atores sociais se unem em torno de um objetivo comum, e esse é negociado politicamente, através de alianças e concessões entre os grupos políticos e sociais que estão envolvidos. As políticas públicas nascem da convergência ou do conflito entre os grupos políticos, em torno de um objetivo.

É importante destacar a respeito das políticas públicas que, segundo Rua (2009, p. 19):

Avançando um pouco mais, é possível sustentarmos que as políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas a alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.

Por isso é inevitável a caracterização de Belo Monte, como a aplicação de uma política pública. Isto porque o governo interferiu desde o início no processo e a discussão de sua criação surgiu das inúmeras demandas que a sociedade brasileira apresenta há muito tempo com relação a geração de energia elétrica. Na verdade a intenção do governo em suprir as necessidades de determinado grupo ou determinada parcela da população passa por um ciclo, onde há o desenvolvimento do processo político até a aplicação da mesma.

Na concepção do ciclo de políticas públicas, a política é considerada a resultante de uma serie de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ser tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, e o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas. O ciclo de políticas é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política. (RUA, 2009, p. 37)

A execução da obra da maior hidrelétrica brasileira é custeada pela iniciativa privada, mas isso não significa que o governo esteja intensamente presente no processo que precedeu a etapa de execução do projeto, e que acompanha o desenvolvimento do mesmo. Segundos as informações do Ministério de Minas e Energia, Belo Monte é uma complexa estrutura que interfere nos campos da política, da economia e no campo social. Isso fica muito evidente principalmente na cidade de Altamira (PA), onde a usina esta sendo implantada.

Na verdade o projeto de Belo Monte sofreu inúmeras interferências e remodelações do governo federal. A presença do governo federal está em todas as etapas de execução do projeto. Desde os primeiros estudos, realizados ainda na década de 1970, até a liberação do projeto pelo IBAMA, no início do ano de 2011, o que proporcionou o início das obras na região do alto Xingu.

Há muitos interesses intrínsecos a realização de uma obra do porte desta usina. Além dos atores sociais, há ainda os atores políticos e outros envolvidos, e as intenções dos políticos e burocratas que intercedem ou não em favor desta execução. As tomadas de decisões influenciam em toda a sequência de aplicação das políticas públicas, e no caso de Belo Monte as decisões do governo extremamente importantes para a aplicação ou não de recursos, mas essas características só irão nortear o campo das políticas públicas nos últimos anos.

As articulações políticas em torno de Belo Monte serão pauta de muitas discussões durante todo o desenvolvimento do projeto e ainda deverão perdurar por muitos anos mais. Esta é uma obra atemporal, assim como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que ainda hoje suscita discussões, por isso a seguir traremos alguns dados que irão nos auxiliar a compreender os caminhos pelos quais este projeto trilhou até chegar à atual situação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa documental. Primeiramente a pesquisa foi realizada em documentos disponibilizados em meios impressos e digitais, em sua maioria, documentos são provenientes de fontes oficiais, vinculadas ao governo brasileiro. Posteriormente com o objetivo de potencializar os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa empírica, realizamos uma revisão de fontes alternativas, principalmente as redes sociais, onde estão disponibilizadas perspectivas diferentes daquelas que são encontradas em fontes oficiais.

3.1 FONTES OFICIAIS

Buscamos nas fontes oficiais dados que nos mostrassem o posicionamento do governo com relação. É necessário destacar que as fontes consultadas consistem em relatórios elaborados pelo governo federal e que estão ao alcance de todos os cidadãos e estão disponibilizados de forma impressa e digital.

Ao observar os dados contido nos relatórios podemos estabelecer que a população brasileira vem, de certa maneira, há muito tempo ignorando a situação da oferta de energia elétrica no país. No entanto, podemos perceber, em determinado espaço de tempo, investimentos mais significativos por parte do governo brasileiro, com relação ao fornecimento de energia. Segundo um Relatório (2006, p. 7-8) a respeito da “Crise de abastecimento de energia elétrica”, datado de 2002, lemos que:

No início de 2001, começaram a surgir com alguma insistência, os sinais de uma crise problema que viria a afetar profundamente a vida nacional. Aqui e ali, na imprensa, apareciam, com frequência maior que a habitual, advertências sobre escassez de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas brasileiras. O baixo nível de água nessas represas, num país que tem cerca de 95% de seu fornecimento de pendente de usinas hidrelétricas, anunciava a forte possibilidade de cortes no fornecimento durante todo o período seco, que dura de abril a novembro, cortes que poderiam assumir dimensões catastróficas.

Em realidade, já durante a década de 1990, estudos demonstram a necessidade de se pensar em ampliação para o sistema de distribuição de energia

elétrica no Brasil. A seguir um quadro demonstrativo das usinas hidrelétricas em atividade no ano de 1995 e seu potencial produtivo.

Figura 1 – Principais usinas hidrelétricas do Brasil

Brasil: principais usinas hidrelétricas (1995)				
Usina	Curso de água	Área inundada (Km quadrados)	Potencia (MW)	
			Atual	Final
Coaracy-Nunes (AP)	Araguari	23,1	42	72
Samuel (RO)	Jamari	584,6	129,6	129,6
Balbina (AM)	Uatumã	2 360	249,7	249,7
Tucuruí (PA)	Tocantins	2 430	4 245	7 745
Curuá-Una (PA)	Curuá-Una	70	30	30
Boa esperança (PI)	Paranaíba	352,2	235,4	235,4
Itaparica (PE)	São Francisco	629,6	1 500	2 500
Moxotó (AL)	São Francisco	98	440	440
Paulo Afonso IV (BA)	São Francisco	16	2 460	2 460
Sobradinho (BA)	São Francisco	3 970	1 050	1 050
Itumbiara (MG)	Paranaíba	798	2 082,2	2 082,2
São Simão (MG)	Paranaíba	722,3	1 613,1	2 688,5
Marimbondo (MG)	Grande	438	1 440,2	1 440,2
Fumas (MG)	Grande	1 459,5	1 216	1 216
Emborcação (MG)	Paranaíba	455,3	1 191,7	1 191,7
Três Marias (MG)	São Francisco	1 142	387,6	516,8
Ilha Solteira (SP)	Paraná	1 055,3	3 230	3 230
Jupiá (SP)	Paraná	123,7	1 411,2	1 411,2
Água Vermelha (SP)	Foz Grande	549,6	1 380	1 380
Estreito (SP)	Grande	46,5	1 049,7	1 049,7
Henri Borden (SP)	das Pedras	127	879,5	879,5
Itaipu (PR)	Paraná	658,3	12 600	12 600
Foz do areia (PR)	Iguaçu	146,5	1 674	2 511
Salto Santiago (PR)	Iguaçu	175,4	1 332	1 998
Salto Osório (PR)	Iguaçu	40,3	1 050	1 050

Fonte: Disponível em: <<http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia030.asp>>.

Acesso em: 21 jan. 2012.

Observando os dados disponíveis no quadro acima e as evoluções do setor nos últimos anos, podemos perceber que muito mudou. Foram construídas outras grandes Usinas de geração de energia elétrica. Os dados mais recentes, já disponíveis nos mostram qual o potencial atual da produção de energia elétrica no Brasil, e nos trazem números surpreendentes a respeito deste processo, mas nem por isso suficiente para atender a projeção de demanda para um futuro não muito distante.

Tabela 1 – Situação da produção de energia no Brasil, em dados disponíveis no site do Ministério de Minas e Energia, em 31/01/2012.

Matriz da Energia Elétrica Brasileira			
Fonte	Nº de Usinas	Capacidade Instalada	% Capacidade Disponível
Hidrelétrica	969	82.321	70,34%
Gás	142	13.217	11,29%
Biomassa	429	8.993	7,68%
Petróleo	931	7.085	6,05%
Nuclear	2	2.007	1,71%
Carvão Mineral	10	1.944	1,66%
Eólica	73	1.471	1,26%
Solar	8	1	<0,01%
Capacidade Disponível	2.564	117.040	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste sentido, percebendo o déficit do sistema energético brasileiro que se estabeleceu durante um longo período da história de nosso país, as mudanças eram mais do que necessárias. O Ministério de Minas e Energia¹⁰ passou então a promover uma revitalização do setor energético, estabelecendo planos de trabalho estratégicos, que por sua vez seriam o início de um período de mudanças.

¹⁰ O Ministério de Minas e Energia (MME) foi criado em 1960, pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960. Anteriormente, os assuntos de minas e energia eram de competência do Ministério da Agricultura. Em 1990, a Lei nº 8.028 extinguiu o MME e transferiu suas atribuições ao Ministério da Infraestrutura, criado pela mesma lei, que também passou a ser responsável pelos setores de transportes e comunicações. O Ministério de Minas e Energia voltou a ser criado em 1992, por meio da Lei nº 8.422.

O governo possui uma meta e prepara-se para incrementar o sistema brasileiro de geração de energia elétrica, até o ano de 2030, "O Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030)¹¹. E Belo Monte está dentro desta perspectiva a longo prazo. Afinal, é necessário ressaltar que a construção e melhoria dos complexos energéticos do país. Segundo propõem o Plano Nacional de Energia 2030 (p. 13):

A eficiência no uso da energia, em especial a elétrica, está na pauta no mundo desde os choques do petróleo na década de 70, quando ficou patente que as reservas fósseis não seriam baratas para sempre, nem o seu uso seria sem prejuízos para o meio ambiente. Logo se descobriu que o mesmo "serviço de energia" (iluminação, força motriz e os usos que proporciona, aquecimento, condicionamento ambiental, equipamentos eletroeletrônicos, etc.) poderia ser proporcionado com menos gasto de energia, com repercussões econômicas, ambientais, sociais e culturais. Equipamentos e hábitos de uso passaram a ser analisados também sob o ponto de vista de sua eficiência energética, verificando-se que muitos deles eram "economicamente viáveis", ou seja, o custo de sua era menor que o custo da energia cujo uso evitava.

Os dados mais recentes apontam que as necessidades brasileiras irão se transformar nos próximos anos e relevam ainda outros impasses que impedem o desenvolvimento da infraestrutura no país. No caso de Belo Monte, mais especificamente, por ser caracterizado como um empreendimento de interesse público, o governo optou por fazer as concessões necessárias para que a sua construção saísse do papel. Notamos isso nas informações disponibilizadas na página oficial do Ministério de Minas e Energia. Ele esclarece que Belo Monte atende aos interesses imediatos do Brasil em gerar energia limpa e renovável. Segundo dados do Ministério (2011) podemos observar que

Belo Monte é o projeto hidrelétrico mais estudado da história do sistema elétrico brasileiro. Seus primeiros estudos começaram na década de 80 e, desde então, o projeto original sofreu várias modificações, para que fossem reduzidos os impactos ambientais da usina. Será construída em regime de fio d'água, o que permitiu uma redução expressiva no tamanho do reservatório e conseqüentemente a área a ser inundada, propiciando a manutenção das condições de vida das etnias e das comunidades que habitam a região do entorno da usina, notadamente a Volta Grande do Xingu.

¹¹ O chamado *Plano Nacional de Energia - PNE 2030* constitui o primeiro plano que abarca a totalidade do quadro energético nacional, num horizonte de longo prazo. Esse documento, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, destaca-se pela abrangente indicação da magnitude dos problemas a serem enfrentados nas duas próximas décadas e constitui referência para novas discussões sobre as oportunidades e desafios apresentados pelo setor de energia, bem como para a identificação das medidas que, preventiva e corretivamente, devam ser tomadas a partir de agora para assegurar o equacionamento do balanço energético, nesse período.

Além disso, a construção de Belo Monte promove uma redução significativa de custos na produção da energia limpa e renovável, isso ocorre devido ao grande potencial de geração que a nova usina oferecerá, enquanto as pequenas hidrelétricas atualmente existentes têm um custo, por vezes, 73% maior. Belo Monte produzirá uma quantidade muito mais significativa e mais em conta para os consumidores. Neste sentido, os investimentos do governo brasileiro na promoção e incentivo da execução da obra de Belo Monte se justificam, visto que ele promoverá um significativo aumento da oferta deste serviço.

Na tabela abaixo, há uma demonstração dos custos de produção de energia no país, através das diversas fontes disponíveis.

Tabela 2 – Custos de produção energética de acordo com a fonte

	Unidade	Belo Monte	PCH	Eólica	Biomassa	Solar	Gás Natural	Nuclear
ICB	<i>R\$/MWh</i>	77,97	135	148	153,48	500	143	150
Capacidade Instalada	<i>MW</i>	11.233	8.310 (277 a 554 usinas)	15.240 (10.160 turbinas de 1,5 MW)	9.522	28.000 (140 milhões de painéis solares de 200 W)	6.530	5.078
Fator de Capacidade (médio)	%	40,69	55	30	48	16,5	70	90
Custo de Instalação	<i>R\$/kW</i>	1.700	5.000 a 6.000	3.660 a 4.500	2.175 a 2.745	12.600 a 18.300	1.281 a 1.647	6400
Custo Total de Instalação	<i>bi R\$</i>	20	41,55 a 49,86	47,80 a 83,60	21,00 a 26,00	355,00 a 507,00	9,00 a 11,00	32,5

Fonte: Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/belo_monte.html>. Acesso em: 15 dez.

2011.

Outra preocupação para o governo são as recorrentes questões referentes ao impacto ambiental que uma obra nas proporções de Belo Monte acarretaria para a região. Muitos foram os movimentos e organizações que demonstraram seu desacordo com a execução deste projeto, naquela região da Amazônia brasileira.

Manifestações das mais diversas foram organizadas em todo o país, havendo uma espécie de "comoção nacional", contra a construção de Belo Monte. Inclusive um movimento denominado "Gota D'água", foi criado e difundido através das redes sociais na Internet, onde pessoas conhecidas e vinculadas à mídia se colocam contra a construção da usina.

3.2 FONTES ALTERNATIVAS

Além dos relatórios e dados oriundos de fontes do governo, foi necessário observar a contrapartida social que a construção de Belo Monte ocasionou. Muitos foram os grupos que se organizaram de maneira formal (ONGS) e informal (manifestações individuais), manifestando publicamente sua opinião sobre as questões ambientais e sociais ligadas a essa obra. Sua principal ferramenta de divulgação foi a internet, onde foram criados sites, blogs e as redes sociais para a divulgação de sua "causa".

Um dos principais movimentos que surgiram nesse sentido foi o "Movimento Gota D'Água" tem como objetivo discutir as questões referentes ao projeto governamental (PNE 2030) de construir nos próximos anos aproximadamente 50 usinas hidrelétricas na região amazônica. Ligados a movimentos mais conhecidos como Xingu Vivo para Sempre¹² e Movimento Humanos Direitos¹³, eles visam sensibilizar a população brasileira a respeito das questões socioambientais intrínsecas a uma obra deste porte, bem como levar de maneira simples e rápida informações sobre suas ações e posicionamento.

Os vídeos com as campanhas dos referidos movimentos estão disponíveis nas redes sociais e serviram como fonte para esta pesquisa, para que pudéssemos perceber a mobilização social ao entorno de Belo Monte.

¹² O Movimento Xingu Vivo para Sempre se originou da reunião de diversos movimentos sociais historicamente contrários à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desde o princípio. Mais informações estão disponíveis no endereço <<http://www.xinguvivo.org.br>>.

¹³ O Movimento Humanos Direitos surgiu em 2002, formado por um grupo de atores que conscientes de sua função social, optaram por trabalhar em prol da sociedade e discutir seus problemas contemporâneos, como é o caso de Belo Monte, e da população afetada por ela. Mais informações estão disponíveis no site da instituição. Ver <<http://www.humnosdireitos.org>>.

Dentre eles podemos destacar o vídeo onde o Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro¹⁴, fala a respeito da utilização do Rio Xingu para a geração de energia. Para ele “(...) o Xingu é o Rio da Diversidade nacional, assim como o São Francisco foi chamado de Rio da integração nacional. O Xingu é um símbolo da nossa diversidade e temos uma civilização original e pluriétnica, constituída por 26 povos indígenas e por gente que veio de outros lugares do Brasil”. Ele também se coloca contra a utilização de rios para geração de energia é uma pratica que já encontrasse no passado e que significaria morte ao Rio. Sabemos que a postura de Eduardo Viveiros de Castro defende o ponto de vista de uma parcela da população que é contra a construção de Belo Monte não somente pelos notáveis impactos ambientais que a construção causará, mas principalmente pelo impacto social que ela poderá implicar para as populações locais.

A respeito das questões ambientais o Ministério de Minas e Energia (2011) esclarece que:

Em observância aos fortes condicionantes ambientais, Belo Monte foi planejada com operação em regime de fio d’água, o que permitiu uma redução expressiva no tamanho do reservatório e conseqüentemente da área a ser inundada. O governo levou em conta os impactos ambientais das demais fontes de energia elétrica e a escala da energia ofertada de Belo Monte. Caso o bagaço da cana-de-açúcar fosse selecionado como opção para substituir essa geração, haveria uma demanda adicional de 8 milhões de hectares de área plantada, significando mais 170 milhões de toneladas de bagaço por ano, o que corresponde a uma safra de 681 milhões de toneladas de cana. Para produzir a energia equivalente a Belo Monte por meio de pequenas centrais hidrelétricas, seria preciso alagar uma área até três vezes superior. Mais grave ainda, caso o volume de energia gerado pelo empreendimento fosse produzido em usinas térmicas abastecidas com gás natural, seriam lançadas mais de 16 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera. Ao longo de sua elaboração, o projeto de aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte foi profundamente modificado, com vistas a restringir os impactos que o projeto poderia acarretar ao meio ambiente e à população da região. A área de inundação foi reduzida em 60% em comparação com o projeto inicial: a título de comparação, enquanto a média nacional de área alagada é de 0,49 km² por MW instalado, a Usina de Belo Monte deverá contar com uma relação de apenas 0,04 km² por MW instalado. Ademais, dos 516km² de área inundada, cerca de 228 km² (44%) correspondem ao próprio leito original do rio.

¹⁴ Eduardo Viveiros de Castro é professor e antropólogo do Museu Nacional da UFRJ. É um intelectual que se dedica a pesquisar as populações indígenas brasileiras, principalmente na região Amazônica. Por isso é um grande conhecedor e defensor da manutenção da vida naquele espaço de maneira socialmente responsável. Foi um dos integrantes da expedição Gota d’Água no Xingu e é um militante contra a utilização do Rio Xingu para a geração de energia. Mais informações estão disponíveis no seguinte endereço: <<http://www.youtube.com/watch?v=4UpAr8wYJAY>>. .

E ainda, atrelada a questão ambiental, amplamente debatida encontramos também a problemática das populações indígenas que vivem naquela região, como mencionado anteriormente, e que serão diretamente afetadas pela construção do lago da Usina. Essas populações estão mobilizadas já desde meados dos anos 80, através do Movimento Xingu Vivo para Sempre, contra a construção de obras desta magnitude naquela região.

Segundo as fontes oficiais do Ministério das Minas e Energia (2011):

Foi tomado o cuidado de não inundar terras indígenas, que permanecerão intocadas pela barragem, canteiros de obra, estradas de acesso e demais estruturas de engenharia necessárias para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Destaca-se que nenhum empreendimento hidroelétrico será construído no rio Xingu a montante de Belo Monte, pois estes atingiriam terras indígenas – decisão adotada formalmente pelo Conselho Nacional de Política Energética. Nenhuma comunidade indígena será realocada pelo empreendimento, reafirmando o compromisso do projeto com a redução dos impactos sobre a área circundante. Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte prevê a implantação de Unidades de Conservação em duas áreas situadas na margem direita do rio Xingu, permitindo a formação de um bloco contínuo de florestas. Com uma área aproximada em 1,6 milhão de hectares, próximo às terras indígenas, a área preservada equivale a quase três vezes o território do Distrito Federal.

Mesmo com o discurso positivo que encontramos nas fontes oficiais, encontramos grupos, Organizações Não governamentais (ONGS) e Movimentos empenhados em defender os territórios dessa população. Segundo encontramos na página oficial do ISA – Instituto Socioambiental, nem todos encaram essa problemática da mesma maneira:

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

Os movimentos sociais e lideranças indígenas da região são contrários à obra porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados. Em outubro de 2009, por exemplo, um painel de especialistas debruçou-se sobre o EIA e questionou os estudos e a viabilidade do empreendimento. Um mês antes, em setembro, diversas audiências públicas haviam sido realizadas sob uma saraivada de críticas, especialmente do Ministério Público Estadual, seguido pelos movimentos sociais, que apontava problemas em sua forma de realização.

Ainda em outubro, a FUNAI liberou a obra sem saber exatamente que impactos causaria sobre os índios e lideranças indígenas kayapó enviaram carta ao Presidente Lula na qual diziam que caso a obra fosse iniciada haveria guerra. Para culminar, em fevereiro de 2010, o Ministério do Meio

Ambiente concedeu a licença ambiental, também sem esclarecer questões centrais em relação aos impactos socioambientais.

Já na página do Movimento Xingu Vivo para Sempre, estão sendo discutidas campanhas¹⁵ contra o financiamento das obras da Usina, através do BNDS e outros Bancos, como Banco do Brasil, Banco Santander, etc. Isto possibilita que a população em geral interaja na página e manifeste sua opinião a respeito de Belo Monte. Xingu Vivo para Sempre se preocupa com a vulnerabilidade das populações indígenas que vivem naquela região. Por menor que seja o impacto previsto pelo governo, qualquer alteração no modo de vida destas populações pode até mesmo significar a sua extinção.

Cumprе salientar que ao longo desta pesquisa percebemos que Belo Monte irá apresentar muitas facetas, muitas delas positivas como, por exemplo, o significativo aumento na produção de energia elétrica e o barateamento desta produção. Outro ponto bastante positivo está na questão do desenvolvimento econômico que a implantação deste imenso canteiro de obras está promovendo na região norte que sempre foi tão carente de investimentos.

No entanto é nítida também a preocupação e mobilização da população brasileira em hostilizar as atividades governamentais que prejudicam de alguma maneira as questões ambientais, as populações indígenas e os ribeirinho que serão diretamente afetados e/ou prejudicados pela implantação de Belo Monte.

Muitos são os canais com informações disponíveis a respeito do assunto em pauta neste trabalho, seus prós e contras. As fontes acima consultadas no colocam um panorama sintético, porém eficiente para esclarecer como o governo se coloca frente às questões que envolvem a execução deste projeto. Dados mais técnicos tiveram que ser deixados de lado, em vista de observar as questões mais sociopolíticas, cujas quais foram objeto desta análise.

¹⁵ A campanha intitulada “Belo Monte: Com meu Dinheiro NÃO”, está sendo vinculada pela página do Movimento Xingu Vivo para Sempre e possibilita a qualquer um encaminhar um correio eletrônico pela própria página do Movimento para o Banco no qual é correntista e solicitar que este ou aquele banco não apoie e nem financie a obra de construção da Usina.

3.3 RESULTADOS

A pesquisa realizada para este trabalho proporcionou a observação de diferentes pontos de vista a respeito do processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A construção dessa usina vem sendo pensada há muito tempo, e com o avanço da gestão pública no país, foi se transformando paulatinamente em realidade.

Com a pesquisa foi possível perceber que a implantação de Belo Monte cumpre seu papel de política pública, que tem como objetivo maior suprir a carência de oferta de energia elétrica no país, e prevenir a demanda futura deste serviço essencial.

Entretanto, apesar das benesses que as obras de construção de Belo Monte irão proporcionar a região, como enfatizam as fontes oficiais pesquisadas, muitos setores da sociedade são contrários a realização, pois os mesmos destacam os malefícios que uma obra dessa proporção pode causar para o ambiente e a população local.

As fontes alternativas pesquisadas demonstram sua preocupação com relação às questões socioambientais e de que maneira as demandas daquela população serão atendidas, nesse sentido percebemos que o governo também estipulou políticas compensatórias que irão ser aplicadas no decorrer da execução do projeto, porém no momento não há elementos para avaliar a eficácia das mesmas visto que as obras estão em andamento e tem previsão de conclusão em média de 10 anos.

Apesar da polêmica que surge e os prós e contras avaliados, podemos perceber durante o processo de pesquisa que o Brasil precisa expandir sua oferta de energia, pois sua rede já se encontra no limite do atendimento. Para que a população brasileira continue sendo atendida de maneira adequada é necessário que a oferta deste serviço seja ampliada e que consiga manter a qualidade dos serviços ofertados.

Contudo, muito além da ampliação da oferta de energia, há uma clara intenção do governo em atender as expectativas de alguns atores envolvidos na

aplicação dessa política pública e que consiste em acelerar o crescimento econômico de uma região pobre e atrasada econômica e socialmente se comparada ao restante do Estado brasileiro.

Não há como prever o impacto real da construção de Belo Monte durante a execução do projeto. Os resultados só poderão ser avaliados em definitivo ao final do processo de construção, no entanto já é possível vislumbrar mudanças significativas na região e avanços sócios econômicos e o impacto ambiental será diminuído através de medidas paliativas implementadas na região no decorrer obra.

O mais surpreendente dos resultados é perceber que ambas as esferas sociais pesquisadas mostram-se articuladas em defender seu ponto de vista e seus objetivos. Tanto o governo quanto os movimentos sociais envolvidos demonstram comprometimento em sanar os problemas da população afetada e minimizar ao máximo os prejuízos ambientais. Observando a atuação de cada grupo descobrimos que Belo Monte, apesar de todos os pontos negativos, irá favorecer um numero grande de pessoas e proporcionará, sem duvida, crescimento econômico para a região e para o país como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste trabalho, podemos concluir que de fato a relação intensa e o envolvimento profundo do governo brasileiro com a criação e execução do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Fica nítido que um projeto desta magnitude vai abrir precedentes para um número sem fim de discussões, nos mais diversos aspectos relacionados a ela.

Não é somente a política em si, que autoriza o início do projeto ou aquela que permite o início das obras, é preciso observar todo o contexto social que envolve esses processos políticos. É imprescindível perceber a origem desta política pública de longa duração. Que vai fincar suas raízes lá na década de setenta e atravessar gerações de políticos e partidos e permanecer no horizonte dos governantes.

Percebemos que Belo Monte, para o governo, é muito mais do que uma nova usina geradora de energia. Ela é um projeto de melhoria socioeconômica de um sistema regional complexo. Não vai oportunizar somente uma produção de energia limpa e renovável mais barata e acessível à população e ao governo. Mas pela perspectiva governista vai proporcionar também dignidade a um espaço esquecido do nosso país, onde a economia ainda rasteja, perante o crescimento econômico visto em todo o Brasil.

No entanto, Belo Monte não é somente isso. Ela também é o foco da insatisfação de grupos sociais menores, com menos expressão, talvez menos favorecidos politicamente como é o caso das populações indígenas, as populações ribeirinhas e os ambientalistas. Como vimos o espaço de articulação destes grupos fica distante dos palcos políticos do Brasil, todavia podem ser caracterizadas como ações mais abrangentes, para o bem ou para o mal., pois utilizam ferramentas como a internet e outros meios para se aproximar da população em geral e aumentar seu impacto.

Sobretudo é necessário destacar a importância de Belo Monte e qualificar a discussão que se estabeleceu em torno dela. Devemos refletir de maneira coletiva

para a Usina represente aquilo a que ela se propõe desde o começo, oportunizar melhorias em um sentido amplo para a sociedade brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri (Org.). **A Re-volta da Ecologia Política: conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **A crise do abastecimento de energia elétrica: relatório**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editorações e Publicações, 2002.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Elétrica. **A questão socioambiental no planejamento da expansão da oferta de energia elétrica**. Rio de Janeiro: EPE, 2006.

BRASIL. Governo Federal. **Agência Nacional de Energia Elétrica**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BRASIL. Governo Federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009.

BRASIL. Governo Federal. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**. Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME: EPE, 2007.

CAVALCANTI. Clovis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, jan./jun., 1992. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Consumo nacional de energia elétrica cresce 8,4% em dezembro. **Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica**, n. 28, jan. 2010. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/ResenhaMensal/20100125_1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2011.

FAGNANI, Eduardo. População e bem-estar social no Brasil: 40 anos de ausência de política nacional de habitação popular (1964-2002). **Multiciência: População**,

bem-estar e tecnologia, n. 6, mai. 2006. Disponível em: < http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_06/a_05_6.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Públicas no nível local de governo**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, v. 35, n. 01, p.119-144, jan./fev. 2001.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2008.

GLASS, Verena. **A usina hidrelétrica de Belo Monte em pauta**. Manaus, 18 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/01/18/a-usina-hidreletrica-de-belo-monte-em-pauta>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **A polêmica da usina de Belo Monte**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Seminário em Altamira (PA) debate construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. São Paulo, 02 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=214>>. Acesso em: 05 dez. 2011.

JUNIOR, Alcides Domingues Leite. **Desenvolvimento e mudanças no Estado Brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os Problemas Contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.